



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Materiais

Estudos Técnicos Preliminares DRM 2026 0001

O presente estudo, na forma do inciso XX do artigo 6º da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao termo de referência a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação de empresa para prestação do serviço de **SEGURO TOTAL DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES** pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN).

NATAL / RN
[Janeiro 2026]

Elaborado por:

BERNARDO CAMPOS CAVALCANTI
CAMILA FREITAS DE MACÊDO MOURA RODRIGUES
EUDES ALBUQUERQUE DE ANDRADE
GEORGE ROSADO CASCUDO RODRIGUES
SÍLVIO DE ARAÚJO DANTAS

Processo Sigajus 04101.105562/2025-22.

- 1 **DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Sob a perspectiva do interesse público, faz-se necessário preservar a integridade e a usabilidade dos veículos automotores pertencentes ao patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, posto que são necessários ao cumprimento de atividades administrativas e judiciárias;
- 2 **DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** (inciso II do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): A presente contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações (PCA) 2026**, disponível no sítio do Tribunal de justiça do Rio Grande do Norte por meio do link abaixo:
<https://www.tjrn.jus.br/licitacoes-contratos-e-convenios/plano-anual-de-contratacao-pac/>;
- 3 **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (inciso III do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): É requisito necessário a apresentação de **Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, para garantir que as licitantes estejam autorizadas pelo órgão regulador a comercializar o objeto da licitação, resguardando a Administração, que se obriga a primar pela legalidade da operação em atividade regulada, preservando a competição entre todos aqueles que reúnem condições de comercializar o objeto licitado.
- 4 **DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO** (inciso IV do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Como são conhecidos os tipos e quantidades de carros a assegurar, é possível informar a necessidade de se contratar seguro total para os veículos automotores abaixo listados;

BLINDADO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE
SIM	Toyota / Corolla	15
NÃO	Fiat / Doblo	3
	Mercedes-Benz / Sprinter	2
	Renault / Duster	3
	Toyota / Corolla	13
	Toyota / Hilux SW4	1
	Toyota / Hilux SWS	3
		40

- 5 **DA SOLUÇÃO A CONTRATAR** (inciso V do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): À luz da melhor relação custo/benefício, considerando as lições aprendidas com a contratação e execução de contratos anteriores, em especial dos contratos de números 20/2023, 28/2023, 58/2023, 09/2024 e 16/2025, com a aplicação dos conceitos relacionados ao Ciclo de Melhoria Contínua (Ciclo PDCA¹), contratar seguro total da frota tem se revelado, historicamente, frente a outras eventuais opções como, por exemplo, a aquisição de veículos reserva, a melhor solução para preservar a integridade e a usabilidade dos veículos automotores pertencentes ao patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte;
- 6 **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (inciso VI do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): **Preliminarmente, estimamos o valor da contratação em R\$ 45.123,56**, tomando por base os valores atualmente contratados para seguro dos veículos (Contrato Nº 16/2025), atualizados pelo ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR acumulado em 2025, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, INPC/IBGE, (5,17%) conforme abaixo;

BLINDADO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE	CUSTO ESTIMADO
SIM	Toyota / Corolla	15	R\$ 15.924,84
NÃO	Fiat / Doblo	3	R\$ 3.183,97
	Mercedes-Benz / Sprinter	2	R\$ 2.963,50
	Renault / Duster	3	R\$ 3.026,39
	Toyota / Corolla	13	R\$ 13.728,52
	Toyota / Hilux SW4	1	R\$ 1.487,07
	Toyota / Hilux SWS	3	R\$ 4.809,27
		40	R\$ 45.123,56

- 7 **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR** (inciso VII do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Seguro total contra roubo ou furto e sequestro, bem como a danos causados por tentativa de roubos ou furto e sequestros, incluindo os vidros; colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento; raio e suas consequências, incêndio, explosão e acidentes que envolvam descargas elétricas, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros; acidente durante o

1 PDCA (do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT/Adjust) é um método iterativo de gestão de quatro passos (Planejar, Executar, Verificar e Ajustar), utilizado para o controle e melhoria contínua de processos e produtos.

transporte do veículo por meio apropriado; submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo; danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros; danos acessórios referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;

- 8 **DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO** (inciso VIII do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): A definição por NÃO PARCELAR A CONTRATAÇÃO deriva diretamente da necessidade de agrupar serviços absolutamente iguais, em razão de suas especificidades, evitando-se excessiva fragmentação da contratação por empresas diferentes, possível na hipótese de se contratar por item, tornando o certame mais atrativo ao mercado, gerando benefícios diretos ao Poder Judiciário, por reduzir os custos administrativos relacionados à necessária gestão contratual, minimizando o esforço da sua reduzida máquina de servidores. Daí que, na forma do inciso XXIX do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021, observando tanto os aspectos econômicos quanto gerenciais, a **contratação no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL em GRUPO ÚNICO** estimula a concorrência, torna o certame mais atrativo e possibilita ao Poder Judiciário obter preços mais vantajosos e uma contratação administrativamente menos onerosa;
- 9 **DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso IX do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Manutenção da frota de veículos assegurada em plena condição de disponibilidade para o uso;
- 10 **DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO** (inciso X do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Por se tratar de contratação rotineira, a Administração já se encontra preparada para fiscalizar e gerir o futuro contrato, nada havendo que deva ser providenciado previamente à contratação;
- 11 **DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (inciso XI do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Esta mesma solução tem sido adotada para todos os veículos que integram a frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, como demonstra o contrato atualmente vigente de número 09/2024, guardando correlação ou mesmo interdependência,

para consecução do objetivo de “*preservar a integridade e a usabilidade dos veículos automotores pertencentes ao patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte*”, com as seguintes contratações:

11.1 Serviços de gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, objeto do Contrato nº 02/2020, em vigor;

11.2 Serviços de motoristas, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (POSTOS DE TRABALHO), na forma permitida pelo art. 17 e seguintes da INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017, objeto do Contrato nº 31/2023;

11.3 Serviços sob demanda de manutenção preventiva e corretiva dos veículos automotores que integram a frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, por meio de sistema eletrônico, objeto do Contrato nº 11/2023, em vigor.

12 **DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS** (inciso XII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Tanto a contratação quanto a gestão de seguros de veículos não geram impactos ambientais relevantes, não demandando apresentação de eventuais medidas mitigadoras;

13 **DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021): Por todo o acima exposto, em especial pelos reconhecidamente adequados resultados auferidos com a gestão do contrato atualmente vigente, é possível asseverar que a contratação de seguro total se mostra a solução mais adequada à preservação do patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e à garantia da disponibilidade operacional dos veículos automotores necessários ao cumprimento de atividades administrativas e judiciárias, quando da ocorrência de sinistros.

14 **DA NÃO EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA:** Conforme é facultado pelo artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, sugere-se não exigir prestação de garantia, posto que a limitação de 10% do valor inicial do contrato, imposta pelo artigo 96 da mesma Lei, tornaria o valor da garantia irrelevante frente aos valores dos bens segurados, uma vez que, em regra, os valores dos contratos de seguro importam em apenas cerca de 3% do valor segurado;

15 DA ADEQUAÇÃO DAS SANÇÕES DA PORTARIA nº 274/2005-TJ AO OBJETO:

Considerando que os valores dos contratos de seguro, em regra, importam em apenas cerca de 3% do valor segurado, limitar a aplicação de multas a 10% do valor contratado se revela inadequado, posto que nada garante quanto ao ressarcimento do prejuízo nem se configura como sanção à contratada. Razão pela qual, para o futuro termo de referência, sugere-se a não utilização do limite estipulado na alínea a) do inciso V do artigo 12 da PORTARIA nº 274/2005-TJ.

Natal, 21 de janeiro de 2026

Eudes Albuquerque de Andrade

Presidente da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 234/2025-TJ-SG
Matrícula 151.431-8

**Camila Freitas de Macêdo Moura
Rodrigues**

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 234/2025-TJ-SG
Matrícula 813.068-0

Bernardo Campos Cavalcanti

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 234/2025-TJ-SG
Matrícula 162.962-0

George Rosado Cascudo Rodrigues

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 234/2025-TJ-SG
Matrícula 203.541-3

Sílvio de Araújo Dantas

Membro da Comissão criada por meio da
Portaria Nº 234/2025-TJ-SG
Matrícula 165.068-8